

O ajuste se acelera

FROTA NETO
Da Editoria de Economia

A decisão política na definição das prioridades econômicas tomada pelo novo Governo foi ontem anunciada na reunião ministerial. Durante os próximos noventa dias, o aperto no setor público (exceto o vital e o essencial) chegará a um corte de despesas que, na prática, será da ordem de 100%. Nesse período, portanto, o termômetro que marca a temperatura do desempenho da economia brasileira deverá chegar ao seu registro mais baixo. Como grande parte da economia privada brasileira tem demanda derivada do setor público, o aperto se generalizará por todos os setores da vida nacional.

O objetivo primeiro é claro: combater a inflação. E há um outro também ponderável: facilitar os entendimentos que levarão à renegociação da dívida externa. Mas até chegar a obter resultados concretos positivos, o governo sabe que haverá um aumento das tensões político-sociais. Isso porque há um confronto entre o anúncio de ontem e as expectativas de opinião pública. Uma parte significativa da população presume, equivocadamente, que a mudança de Governo significaria a curto prazo melhora e suavização do quadro crítico geral.

Para evitar que essa frustração crie problemas políticos, o Governo antecipou-se. Ontem ele decretou, unilateralmente, uma trégua. Sua resposta à priori à potencialidade de reclamos e de reivindicações dos parceiros do "pacto social" (trabalhadores e empresários) é de que só haverá recompensa no final do processo de ajustamento. Até lá o País (portanto ele, o Governo) necessita da imposição da ordem.

AUSTERIDADE, O MOTE

Singularizando-se como porta-voz de Tancredo Neves, o vice-presidente no exercício da Presidência, José Sarney, deu como mote integral a "austeridade". Tancredo não renuncia ao direito/dever de ser o condutor da política econômica. Não admite que seu Governo venha a se caracterizar por duas bandas de Ministério: que são austeros em gastos e os que esbanjam em despesas públicas. Mas ao particularizar o modo como entende harmonizar os contrários e tocar as prioridades, o Presidente assumiu também um compromisso: dará missões mas também dará os meios de executá-las. Quanto à fiscalização, controle e acompanhamento, ele admitiu que deverá ser duplo: dele próprio, Tancredo, e, pela primeira vez nos últimos vinte e um anos, também do Congresso Nacional.

O residual, porém, é que no quadro em que o Governo se empossou e as diretrizes que pretende seguir não se compatibilizam como mágica. Antes das coisas concretas começarem a acontecer em termos de transformação, o governo precisa fazer uma rearrumação do cenário encontrado. Com essa intenção é que ainda hoje serão criadas as comissões enumeradas ontem por Sarney. Essas comissões terão "desova" em prazos diferenciados. As questões mais urgentes — como a institucional — somente serão viabilizadas no próximo ano, pois a Assembleia Nacional Constituinte se-

rará a "pedra de toque" dessa transformação. Até lá a Nação discutirá e analisará que figurino pretende ter no futuro. O Governo será favorecido por esse debate se antes dele se iniciar junto à opinião pública já então a economia tiver dados os primeiros sinais de efetiva e real melhora.

AS REFORMAS

Num primeiro tom de comissões para reformas está o caso tributário. Dois ângulos deverão ser observado: o nível de indivíduos e da administração pública. No discurso de ontem o Governo reconheceu o que todo mundo sabe: que gasta mais do que arrecada, daí o déficit público e nele uma fonte adicional de pressão inflacionária. Para equilibrar gastos/arrecadação, o Governo não pode manter-se cortando despesas (ou congelando gastos, como anunciou ontem). Tem que arrecadar mais. Mas não pode punir os mesmos contribuintes. A comissão deverá, portanto, estabelecer parâmetros que gravem o imposto sobre a renda prioritariamente sobre os rendimentos de capital (e, neles, os ganhos demasiado especulativos) ao invés de gravar mais do que já vem fazendo sobre os ganhos dos assalariados. Em termos de competência de tributação, a comissão deverá descentralizar a distribuição dos recursos, de modo a beneficiar Estados e Municípios.

Três outros grupos de comissões enfocam ainda essa rearrumação do cenário. Uma comissão deverá propor uma legislação que combata o chamado "crime do colarinho branco" representado nos escândalos contra a poupança popular em termos tais como Coroa-Brastel, Capemi, Delfin e Sulbrasileiro, para se ficar apenas no enunciado desses exemplos. Uma outra comissão deverá impedir que se continue na política de pulverização dos incentivos fiscais. Além de prejudicar áreas carentes como o Norte e o Nordeste, a atual política de incentivos fiscais tem permitido a "proliferação de uma autêntica" indústria de incentivos". Trata-se de desmontar o foco de corrupção articulada entre o Nordeste (que deveria se beneficiar) e o Centro-Sul (aplicador) desses incentivos. E, nesse lote, a terceira comissão — que visa dar maior transparência aos orçamentos públicos, permitindo que, no futuro, se evite graus e critérios diversificados de manipulação.

Todo o final dessas questões tem, no Brasil, apenas um nome: a procura do milagre de compatibilizar a luta antiinflacionária com a retomada do desenvolvimento. No dia de ontem, porém, a linha do horizonte ficou mais definida e clara. A opção de prioridade do governo Tancredo Neves será o combate à inflação. Somente depois das primeiras vitórias concretas e sem risco de recuo é que a retomada desenvolvimentista será uma frente a ser tocada. Antes disso acontecer, porém, o governo deverá ter encontrado meios de tornar as dívidas interna e externa administráveis. O prazo que o Governo se autoconcedeu é de noventa dias, tempo de trégua unilateralmente declarada e dentro de um pacto social ainda não armado nem negociado.